

# PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA VINCULADO À EDUCAÇÃO – BOLSA-ESCOLA FEDERAL: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO BOLSA-ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE PERSPECTIVAS SOCIOEDUCATIVAS DOS EX-BENEFICIÁRIOS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA<sup>1</sup>

Joventino dos Santos Silva<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, com base em problemas como precariedade salarial, pobreza, miséria da população e incidência de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social<sup>3</sup>, o que se observa é a implantação de programas relacionados a políticas públicas, dando um suporte às famílias que possuem baixa-renda para educar seus filhos.

Programas como os de Renda Mínima surgem quando o quadro econômico se torna recessivo, marcado por fatores como desemprego, alta desigualdade social e extrema pobreza Sposati (*apud* SILVA, 2002). Com a implantação de programas, tais como *Bolsa-Escola*, *Poupança-Escola*, *PETI*, entre outros, é necessário que se faça uma análise de tais programas em suas várias formas de organização e concepção relacionando-os ao quadro de miséria e abandono em que vive uma significativa parcela da população brasileira.

No Brasil, os primeiros economistas a proporem um programa de renda mínima foram Antonio Maria da Silveira, em 1975, e Edmar Bacha, em 1978. Mas foi no início da década de 90 que o Senador Eduardo Suplicy (PT) apresentou um projeto à Câmara dos Deputados, visando a implantar um *Programa de Garantia de Renda Mínima* (PGRM). O projeto recebeu parecer favorável e sofreu algumas modificações. Ao final da mesma década, havia diversas concepções de PGRMs, implantados em esferas Federal, Estadual e Municipal; poucos PGRMs, denominados de “Bolsa-Escola”, se aproximavam da proposta do Senador Suplicy, Silva (2002). Nos meados da década de 90, foram implementados PGRMs, em alguns municípios. Brasília e Campinas foram as duas cidades pioneiras e vincularam essa experiência à escolarização de crianças.

Em abril de 2001, foi criado o *Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação* – “Bolsa-Escola Federal”, como instrumento de participação financeira da União em programas municipais que visassem à garantia de renda mínima, associados a ações sócio-educativas.

Alguns objetivos a serem atingidos, propostos por esse programa são: a) melhorar as condições financeiras e a qualidade de vida das famílias, aumentando, assim, sua auto-estima; b) aumento do nível de escolarização das populações assistidas; c) melhoria no nível de emprego; d) maior inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho formal; e) maior capacidade de geração de renda pela família; e f) redução da pobreza e do nível de desigualdade.

Segundo Piolla (2003), a “Bolsa-Escola” representa um grande avanço em termos de políticas sociais, uma vez que, dando subsídio monetário às famílias que se encontram em situação de risco, se contribuirá com a manutenção das crianças na escola e, ainda, o beneficiário tem a liberdade para decidir no que gastar. Pesquisas feitas mostram que o dinheiro serve para atender às necessidades básicas, tais como alimentação, aluguel, remédios, lazer, etc.

É preciso observar que em nosso país as políticas públicas quase sempre foram distribuídas de cima para baixo, resultando em que as classes populares sempre ficassem fora do processo.

---

<sup>1</sup>Trabalho desenvolvido sob orientação da Professora Nilma Margarida de Castro Crusóe.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, bolsista de iniciação científica da FAPESB e integrante do grupo de estudos do Projeto Museu Pedagógico: A Educação no Sudoeste da Bahia: suas leis, seus sujeitos, suas representações e seus mitos. joventino.silva@bol.com.br.

<sup>3</sup> Situação de risco, termo utilizado para definir situações em que crianças e adolescentes têm o seu desenvolvimento físico e mental comprometido pelas condições de vida. Estas situações podem ser exemplificadas com os meninos (as) de rua, os prostituídos, drogaditos, trabalhadores infantis, infratores, etc. (SILVA, 2002).

Segundo Arroyo (1997), ao final da década de 60 e início da de 70 toda discussão sobre educação no Brasil perpassava pelo crivo do novo papel da escola, e se fundamentava em uma crença na proposta de “educação e desenvolvimento”. Entre aqueles que mais defenderam essa concepção estavam os intelectuais progressistas, educadores liberais e humanistas. Um estado modernizado parecia estar disposto à criação de novas escolas – para atenderem as camadas populares e torná-las trabalhadoras eficientes para o desenvolvimento econômico. Os recursos para implantar essa proposta jamais chegaram ao povo. O autor antes mencionado chama a atenção para uma nova crença pautada na idéia da “educação e democracia”.

A primeira crença, ainda segundo Arroyo (1997), não trouxe nem educação nem desenvolvimento. Já com a segunda, que se pauta na “educação e democracia”, as classes populares ficaram reféns de um modelo de educação e democracia, o qual não atenderia em suas especificidades e necessidades sócio-econômicas. A escola, estruturada nesse modelo, é diferente da escola das elites, a bem da verdade uma escola oferecida às camadas populares mostrava-se – como ainda se mostra majoritariamente – de segunda categoria.

Segundo dados do *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP* (2003), o nível de leitura da maioria dos alunos brasileiros é “crítico”. Os dados, ainda, apontam para o estado da Bahia como o que possui o maior número de analfabetos, cerca de 2.057.907. No Nordeste, o estágio de construção de competências pelos alunos da 4ª série, no que se refere à Língua Portuguesa, indica 33,42% dos estudantes com a classificação “Muito Crítico”, apresentando a taxa mais elevada entre os estados brasileiros. Ainda reforçam esses dados inúmeros relatos de colegas professores, os quais consistem na afirmação de que uma boa parte de seus alunos que está nas últimas séries da primeira metade do Ensino Fundamental, não está preparada o suficiente no que se refere ao processo de aquisição da escrita e da leitura.

Os dados de natureza sócio-econômica apontam as extremas desigualdades em algumas regiões. O Norte e Nordeste (Amazonas, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Bahia) possuem menos de 3% de pessoas, de 24 a 34 anos com nível superior – ao passo que alguns poucos estados possuem mais de 8% (Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro).

Outro aspecto relevante para ser analisado é a distorção idade-série<sup>4</sup>: a média brasileira gira em torno de 30,1% e o estado baiano se encontra com a percentagem mais elevada de toda a federação, aproximadamente 63,1%. Comparada à média nacional, ocupa uma posição superior ao dobro, cerca de 109,63%. A situação se agrava mais ainda quando comparada com os números de São Paulo, que equivalem a 15,8%, significando um quarto da distorção idade-série da Bahia.

A realidade demonstra que o Sistema Educacional não atende, de maneira eficaz, toda a demanda da rede pública, e que a situação se agrava mais ainda quando se fala do Nordeste, principalmente da Bahia – os dados apontam este Estado como um dos mais problemáticos e carentes de toda a federação, como já se delineou acima.

Com base nesse quadro, observa-se que muitos dos programas implantados devem ser revistos, já que se relacionam, em sua maioria, com as políticas públicas, principalmente, no âmbito educacional. Assim, se torna necessário que se façam avaliações e análises de atividades e fatos, para compreender-se de forma contextualizada essa ampla problemática, considerando-se todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular o seu aperfeiçoamento Belloni (2000).

A questão que buscaremos tratar nesta pesquisa se relaciona com o programa “Bolsa-Escola Federal” (BEF), na tentativa de evidenciar como esse programa se estruturou, levando em consideração a sua história de implantação no Brasil, e, mais detalhadamente, em Vitória da Conquista-BA. Pretende-se analisar se os objetivos do Programa, acima elencados, estão sendo alcançados ou não. Para cumprir essa finalidade, delimitou-se como objeto de pesquisa o *Programa de Renda Mínima Vinculada à Educação – Bolsa-Escola*.

A partir de estudos e análises observa-se que os diversos programas, governamentais e não-governamentais, podem proporcionar grandes impactos nos sistemas social e educacional. Por concebermos que as Políticas Públicas forjam-se pelas ações que possam solucionar problemas nos

---

<sup>4</sup> Que mede o atraso dos alunos.

âmbitos social e educacional – e/ou corroborar para a diminuição das desigualdades sociais encontradas no seio de nossa sociedade – é que percebemos a necessidade da realização de estudos e análises para melhor compreender a influência dos diversos fenômenos sociais intervenientes na estruturação do sistema sócio-político-educacional.

Mediante o exposto – considerando que alguns dos efeitos esperados pelo BEF remetem à questão da auto-estima, a qual implica na continuidade dos estudos, na melhoria de vida em questões financeira e alimentar, assim como a participação ativa na comunidade de pertença, etc – é que tentaremos responder a seguinte questão de pesquisa:

**Quais as perspectivas sócio-educativas proporcionadas pela Bolsa-Escola Federal aos seus ex-beneficiários e quais são as maiores dificuldades enfrentadas por eles?**

Estaremos entendendo como perspectivas sócio-educativas toda esperança ou desesperança no que se refere à continuidade educacional, em busca de melhoria de vida nos aspectos referentes à alimentação, moradia, transporte, lazer, saúde, empregabilidade e participação social frente às demandas situacionais.

Temos como objetivo geral analisar a contribuição do Programa de Renda Mínima Vinculado à Educação – Bolsa-Escola Federal, na construção de perspectivas sócio-educativas dos ex-beneficiários, no município de Vitória da Conquista-Ba. Nossos objetivos específicos consistem em : a) examinar o quadro social e educacional brasileiro em geral, e especificamente em Vitória da Conquista-Ba; b) analisar a implantação do BEF no Brasil e em Vitória da Conquista-BA; c) caracterizar as contribuições do BEF, no contexto social e educativo dos ex-beneficiários do programa e de suas famílias; d) identificar quais os aspectos positivos e negativos na visão dos ex-beneficiários do BEF em continuarem seus estudos e de se promoverem socialmente.

## **METODOLOGIA**

O desenvolvimento da pesquisa se realizará no município de Vitória da Conquista, cidade da porção Centro-Sul do Estado da Bahia, com estimativa populacional de 270.364 habitantes, cerca de 245 escolas do ensino fundamental, 212 das quais são municipais e 33 estaduais. Nesse município há 22.537 alunos beneficiados pela Bolsa-Escola Federal.

Devido à impossibilidade de tempo e de recursos para cobrir todo o Município e investigar todos os ex-beneficiários, faremos uma seleção dos estabelecimentos educacionais da rede pública que tiveram um maior número de estudantes afastados do programa BEF e que se encontram em localidades geograficamente diversificadas dentro desse Município. Os sujeitos da pesquisa, portanto, serão ex-beneficiários do Programa Bolsa-Escola e seus respectivos familiares.

Os dados serão colhidos por intermédio de questionários e entrevistas semiestruturados e observação. Nos questionários constarão perguntas sobre assuntos econômicos, sociais, educacionais e sobre as perspectivas relacionadas com tais assuntos, e como essas questões se relacionam com a Bolsa-Escola Federal.

As perguntas serão formuladas após um primeiro contato com os sujeitos da pesquisa, ou seja, após o contato exploratório, para obter-se uma perspectiva otimizada no contexto dos ex-beneficiários. Nesse primeiro momento, será informado aos envolvidos o propósito da pesquisa e a importância de sua participação. Em seguida, faremos uma entrevista rápida e informal. O pesquisador tomará o cuidado de explicar à pessoa que for preencher o questionário **em que** as perguntas pretendem incidir, ajudando sempre que preciso.

Após a coleta, os dados serão transcritos e tabulados. Em seguida, serão promovidas reuniões com o intuito de potencializar a interpretação dos dados colhidos, sempre com base no contexto pesquisado. Posteriormente faremos o confronto entre os dados para a realização da interpretação. Utilizaremos uma análise de cunho interpretativo e comparativo entre os dados colhidos e parte do referencial teórico sobre o assunto.

Em toda a interpretação serão levados em consideração os aspectos quantitativos e qualitativos. Assim, também, será levada em consideração a visão dos entrevistados. De acordo a

Minayo (2001), não se perderá de vista que “é preciso [...] uma base teórica para podermos olhar os dados dentro de um quadro de referências que nos permite ir além do que simplesmente nos está sendo mostrado”.

Com esse estudo, esperamos compreender melhor como se estruturam as políticas públicas no Brasil e no Mundo, principalmente aquelas que se inserem no âmbito educacional e social, sem perder de vista a relação global entre as mesmas.

A intenção última desse trabalho será a de apontar alternativas que possam contribuir, na medida do possível, na organização e na melhoria do atendimento educacional, principalmente aquele voltado para as classes populares.

## **REFERÊNCIAS**

ARROYO, Miguel G. (Org). **Da Escola Carente à Escola Possível**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

BELLONI, Isaura. **Metodologia de Avaliação em Política Pública**: Cortez, 2000.

BRASIL, Geografia da Educação Brasileira. In: INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O Instituto, 2002.

BRASIL Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Ministério da Educação em: <[http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news03\\_02.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news03_02.htm)> Acessado em: 24/04/2003

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder**: Introdução à Pedagogia do Conflito. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PIOLLA, Gilmar. Bolsa-Escola, sim, esmola, não. Disponível em: em: <[http://www.uol.com.br/aprendiz/n\\_colunas/g\\_piolla/id270201.htm](http://www.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/g_piolla/id270201.htm)> Acessado em: 02/05/03.

SILVA, Reginaldo de S. **Avaliação de Políticas Públicas**. Os Resultados do Programa Bolsa-Escola do Distrito Federal na Visão dos Envolvidos. Marília: UNESP, 2002 [Tese de doutorado em Educação Brasileira].